

A Caminho da Extinção

Quem se lembra da SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento) ? Esse órgão foi criado pelo Governo quando houve necessidade de se controlar preços. Até hoje a gente vê o número 198 em bares, padarias e supermercados. Experimente telefonar hoje para lá e veja se funciona.

Assim são os órgãos governamentais criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente : os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares. Eles foram criados com uma expectativa de que tivéssemos criado o supra-sumo do que há de mais moderno em defesa dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

Mas o que aconteceu - aliás, o que acontece com todo instrumento criado pelo povo e cai nas mãos do Poder Público - com esses órgãos ? Eles foram criados para instrumentalizar o povo contra os desmandos do Poder Público e, à medida que eles se mostraram eficazes no combate aos maus funcionários públicos, esses mesmos, junto com as respectivas chefias, se apoderaram das vagas ocupando-as com assistentes sociais e professoras - para citar as categorias que mais sofrem fiscalização - e desmantelam aos poucos a eficácia dos Conselhos fazendo conchavos com os órgãos a fiscalizar, e ouvidos moucos aos menores anseios da comunidade.

Quando foi aprovado o ECA os verdadeiros destinatários da construção de uma nova sociedade, que são nossas crianças e adolescentes - basta ver que foram eles que estiveram nas barras do poder forçando o engomadinho Fernando I a assinar a Lei 8069/90 - sonhavam com uma nova ordem.

Mas o que sobrou a eles ? O número de miseráveis só tem aumentado decretando a falência da Assistência Social, e o número de analfabetos puros e funcionais entre nossos jovens, também, só aumentam levando-nos a crer que a Educação Pública caminha para a falência; vejam que hoje as Escolas Públicas estão infestadas de Polícia Militar, Guarda Civil e Assistentes Sociais se arvorando em educadores e salvadores das mazelas da educação. A Escola foi definida por uma professora como o espaço neutro de construção do cidadão do futuro, mas as profissionais da educação acham que devemos seguir o conselho do Padre Anchieta quando coordenou a catequese dos nossos índios, isto é, tratá-los até a ferro e fogo para conseguir seus objetivos.

Voltando aos Conselhos de Direitos e Tutelares vimos que as eleições dos seus membros sofrem do vício do preenchimento das vagas com o clientelismo e ações ilegais, tais como distribuição de cestas básicas e transportes de eleitores, sem contar com algumas compras de votos.

Há, ainda, aqueles que são eleitos com o apoio e ingerência de parlamentares - dentre os quais (pasmem !!!) até aqueles que se dizem de esquerda e progressistas - com a finalidade exclusiva de preencherem o espaço da cidadania, não deixando o cidadão exercer sua função de fiscalizador e gerenciador dos gastos públicos.

Com essas considerações queremos deixar claro que consideramos a caminho da extinção os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares - órgãos que só existem em sociedades (de Terceiro Mundo) onde os agentes públicos, desde um simples operacional até o Presidente da República, não querem cumprir seu dever de ofício que é o de cumprir a lei - sendo que, para isso, devem denunciar até seus pares.

Felizmente, há o Artigo 5º. da nossa Constituição Cidadã que propicia nos organizarmos em associações com a finalidade de nos defendermos do *Leviatã* (Estado monstro tão bem descrito por Thomas Hobbes).

José Roberto Alves da Silva - Coordenador - Gerente
membro do Movimento Comunidade De Olho na Escola Pública

